

INCORPORANDO MULHERES E MENINAS NA RESPOSTA À PANDEMIA DE COVID-19



Foto: Flickr ONU Mulheres Brasil

COVID-19, ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 E DESAFIOS PARA AS CANDIDATURAS DE MULHERES

As mulheres vêm demonstrando excepcional liderança nas respostas à pandemia de COVID-19, representando 70% das/os trabalhadoras/es no setor social e de saúde globalmente¹. No entanto, são sistematicamente excluídas dos órgãos de tomada de decisão da saúde pública, que determinam os protocolos de emergência necessários para preservar vidas². Em circunstâncias “normais”, antes da crise sanitária, as mulheres já enfrentavam múltiplos

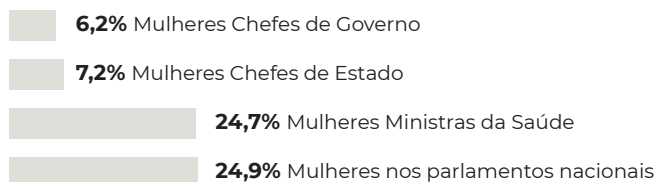
desafios para alcançar funções na vida política e pública³. No Brasil, elas correspondem a 52,5% das pessoas registradas como eleitoras, porém menos de 15% das/os representantes eleitas/os. O país ocupa a 154ª posição do ranking mundial de mulheres em cargos ministeriais⁴ e o 142º lugar do ranking de representação parlamentar⁵. Na América Latina, fica à frente apenas das Bahamas (152%), de Belize (170º) e do Haiti (188º).



Mulheres na política



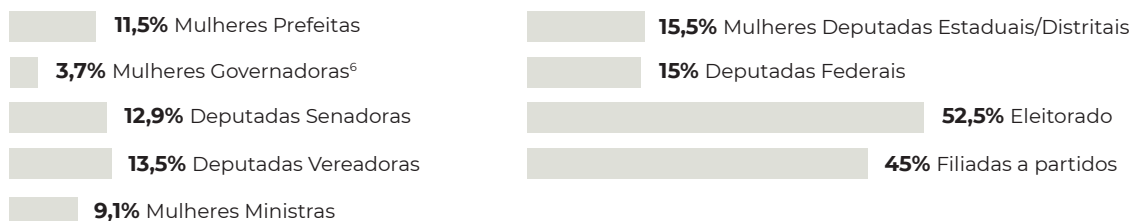
No mundo:



Fonte: Mapa das Mulheres na Política, IPU e ONU Mulheres (2020)



No Brasil:



Fonte: ONU Mulheres. Atenea (2020), com dados do TSE

PERCENTUAL DE MULHERES NOS PARLAMENTOS⁷

	CÂMARA DOS DEPUTADOS OU CÂMARA ÚNICA	SENADO	AMBAS AS CASAS
MÉDIA MUNDIAL	25,2%	24,4%	25,1%
AMÉRICAS	31,7%	32,5%	31,8%
EUROPA	30,2%	29,2%	30,0%
ÁFRICA SUBSAARIANA	24,8%	23,9%	24,7%
ÁSIA	20,6%	18,5%	20,4%
ORIENTE MÉDIO E ÁFRICA DO NORTE	17,5%	10,5%	16,6%
PACÍFICO	16,7%	43,8%	19,6%

Passando ao nível municipal, onde ocorrem as eleições deste ano, no último pleito (2016), apenas 11,5% dos municípios elegeram prefeitas mulheres e somente 3% deles escolheram prefeitas autodeclaradas negras (pretas e pardas). Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostraram que os grupos menos representados naquelas eleições foram mulheres indígenas (menos de 0,1% das/os prefeitas/os), homens indígenas (0,1%), mulheres amarelas (0,1%) e mulheres pretas (0,2%).

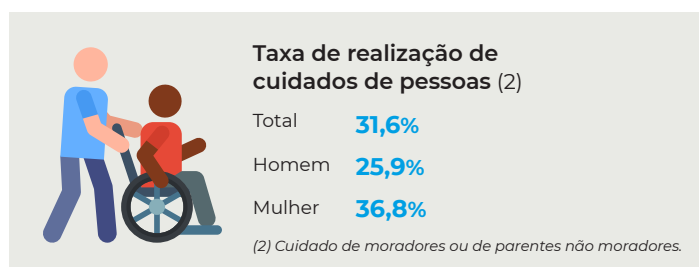
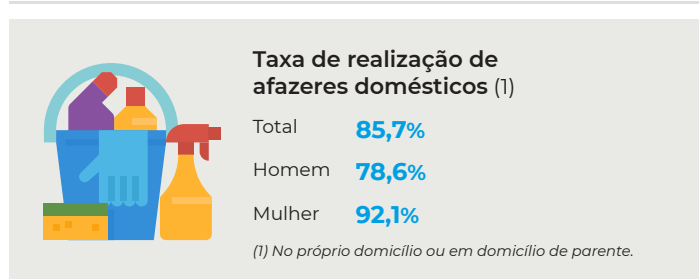
Se esses resultados são comparados com o peso demográfico dos mencionados grupos, nota-se que o déficit maior, proporcionalmente, é referente às mulheres negras⁸.

Há temas estruturantes na desigualdade de gênero e raça que colocam obstáculos significativos para a real participação das mulheres na política, como cidadãs, eleitoras e candidatas, e que estão exacerbadas no contexto da pandemia. Dentre estes, destacam-se:

a. Trabalho de cuidado e doméstico não-remunerado

Antes da crise, as brasileiras gastavam em média 18,5 horas por semana com tarefas da casa e de cuidado, contra 10,3 horas semanais no caso dos brasileiros de sexo masculino. Enquanto 92,1% das mulheres realizavam afazeres domésticos em 2018, o percentual dos homens que os faziam era de 85,7%⁹ (eles só tinham taxa de realização equivalente à das mulheres quando moravam sozinhos)¹⁰. Durante a pandemia, muitas mulheres viram crescer a carga de trabalho doméstico não-remunerado, o que pode agravar a sobrecarga de trabalho e limitar o tempo disponível para se dedicar a uma candidatura política.

Afazeres domésticos (pré-pandemia)¹¹



b. Acesso e uso de tecnologia

Durante a pandemia, a corrida eleitoral migrou para os ambientes virtuais, o que pode representar uma desvantagem tanto para as candidatas (no uso das tecnologias para realizar as campanhas e se tornarem visíveis), quanto para eleitoras (para conhecerem as candidatas que podem melhor lhes representar). No Brasil, apenas 58% das pessoas já utilizaram um computador na vida, havendo variação entre mulheres (55%) e homens (62%), e entre brancas/os (63%), pardas/os (57%), pretas/os (55%), amarelas/os (57%) e indígenas (48%). Note-se que há diferença também por renda (entre as/os que recebem até um salário mínimo, 41% já usaram um computador, enquanto, entre as pessoas que recebem mais de 10 salários mínimos, o percentual é de 92%) e por localidade (na área urbana, o índice é de 62%, enquanto, na rural, fica em 32%)¹².

Já o acesso à internet tem índices semelhantes entre mulheres (74%) e homens (73%), com alguma desigualdade levando em conta o recorte de raça/cor: 75% das/os brancas/os usam internet, contra 76% das/os pardas/os, 71% das/os pretas/os, 68% das/os amarelas/os e 65% das/os indígenas. Em relação ao grau de instrução, 97% das/os usuárias/os que completaram o ensino superior acessam a rede, mas somente 16% das/os analfabetas/os ou pessoas com educação infantil utilizam a internet¹³. Cabe mencionar que 20 milhões de domicílios (28% das famílias brasileiras) não possuem acesso à rede internacional de computadores¹⁴, sendo a maior parte destes lares de baixa renda e localizados em regiões rurais das regiões Norte e do Nordeste¹⁵. Desta forma, mulheres negras, indígenas, e com menor renda ficam em desvantagem quando comparadas a outros grupos populacionais.

c. Participação nos processos de tomada de decisão dos partidos

As brasileiras são quase metade das/os filiadas/os a partidos políticos, porém apenas 21,1% das pessoas nas instâncias executivas nacionais, sendo que quatro partidos não possuem nenhuma mulher em suas executivas nacionais. Alguns partidos políticos possuem cotas internas para a ocupação de cargos de direção partidária, mas a maioria não trata a promoção da igualdade de gênero como um tema central dos objetivos partidários. Além

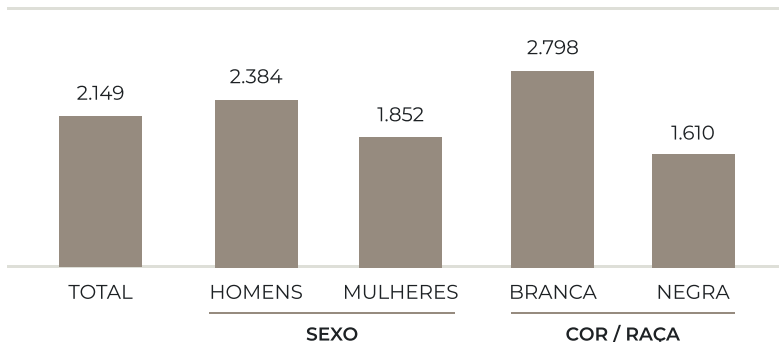
disso, observa-se baixo o nível de compromisso formal com a promoção da liderança das mulheres: menos da metade dos partidos menciona algum compromisso com a igualdade de gênero enquanto princípio estatutário¹⁶. As medidas de distanciamento social podem exacerbar a exclusão das mulheres das reuniões dos partidos políticos, onde as nomeações de candidaturas são discutidas e decididas.

d. Perda de renda e aumento do desemprego

Tradicionalmente, as mulheres estão presentes em setores produtivos com salários mais baixos e menor proteção social (os homens ganham 27,1% mais que as mulheres na média¹⁷). Para além da desigualdade

de gênero, há consideráveis desigualdades raciais: a renda média mensal das/os negras/os é equivalente a 55,8% da renda média mensal das/os brancas/os¹⁸.

Rendimento médio real do trabalho principal das pessoas ocupadas, segundo o sexo e a cor ou raça - Brasil - 2019¹⁹



A pandemia de COVID-19 afetou economias em todo o globo. Embora haja incerteza sobre a magnitude exata da queda da atividade econômica no Brasil, atualmente a previsão é de haverá retração da economia em até 6%²⁰. Dados oficiais²¹ apresentam um cenário de deterioração das vagas de trabalho, que afeta sobretudo as/os trabalhadoras/es do setor informal. Sabe-se que 5,2% dos domicílios do país (cerca de 3,5 milhões) estão sobrevivendo apenas com os rendimentos recebidos do Auxílio Emergencial do Governo Federal²², e que este foi capaz de compensar cerca de 45% do impacto da pandemia sobre a massa salarial²³.

Como os setores do mercado com predominância de mulheres foram mais afetados, os empregos delas foram atingidos de forma desproporcional: 7 milhões

de mulheres já deixaram o mercado de trabalho desde o início da pandemia²⁴. As consequências econômicas da crise tornam ainda mais difícil a mobilização de recursos financeiros para as campanhas eleitorais das mulheres. O atual modelo de financiamento - regido pelo Fundo Especial de Financiamento de Campanha - é majoritariamente público, mas o custo de uma campanha continua sendo muito alto: o limite de gastos na cidade de São Paulo, por exemplo, é de R\$ 51.799.383,68 (cargo de prefeita/o, primeiro turno), R\$ 20.719.753,47 (cargo de prefeita/o, segundo turno) e R\$ 3.675.197,12 (vereador/a)²⁵. Além disso, a legislação prevê doações privadas, que podem ser feitas pelas/os candidatas/os. Com a diminuição da renda, as mulheres têm menores possibilidades de investir na própria campanha.

e. Violência política

A violência contra as mulheres na vida política pode ser observada em diferentes manifestações, como assédio e agressão nos meios de comunicação, violência sexual ou física, e renúncia forçada de seus cargos. Esta violência tem consequências negativas particulares durante o período eleitoral, sobretudo nestes tempos de pandemia que vieram acompanhados pelo aumento do índice de violência doméstica e de feminicídios. Se, antes da pandemia, altas proporções de mulheres políticas e suas equipes já estavam sujeitas a assédio sexual e violência baseada em gênero²⁶; com as tendências de violência

baseada em gênero piorando com a COVID-19, as mulheres na política correm maiores riscos. O aumento das atividades de campanha virtual pode também aumentar a exposição ao discurso de ódio e violência, especialmente nas redes sociais, que têm se mostrado um ambiente particularmente violento para as mulheres: pesquisas indicam que elas são 27 vezes mais propensas a serem agredidas virtualmente do que os homens²⁷. Os ataques virtuais estão se tornando um problema global com sérias implicações²⁸ no mundo real, incluindo perseguições e ataques físicos²⁹.

Fortalecendo candidaturas de mulheres nas Eleições Municipais de 2020³⁰

Diante das dificuldades geradas pela pandemia, o eleitorado procura soluções para o impacto negativo causado em suas vidas. As aspirantes a um cargo político no atual pleito têm a oportunidade de se posicionar quanto a temas relevantes e oferecer caminhos de recuperação que dialoguem com o cotidiano e as necessidades de eleitoras e eleitores. Apesar dos impactos da pandemia, mulheres de todo o Brasil têm se movimentado para concorrer nas eleições municipais de 2020: no total, o TSE registrou 557.367 candidaturas a todos dos cargos, das quais 33,6% são de mulheres. Grupos da sociedade civil e da academia vêm incentivando as candidaturas de mulheres, oferecendo formações para contribuir à capacitação técnica e levando o tema para a agenda pública.

ONU Mulheres tem se somado a estes esforços. Entre julho e agosto, o Instituto Alziras realizou o curso de Formação de Candidatas a Prefeita e Vereadora, que contou com a parceria da Fundação Konrad Adenauer, e com o apoio da ONU Mulheres Brasil e do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos. O treinamento online atingiu um total de 1.938 inscrições de mulheres candidatas e pré-candidatas. Em termos de distribuição regional, 35% foram do Sudeste, 30% do Sul, 21% do Nordeste, 7% do Centro-Oeste e 7% do Norte. A maioria concorreu à vereança (93%), seguido da prefeitura (5%) e vice-prefeitura (2%). Quanto à raça, 50% das inscritas se declararam brancas, 48% negras (30% pardas e 18% pretas), 1% das inscritas se declarou amarela e 1% indígena. Em relação à faixa etária, a maior concentração de participantes estava na casa de até 49 anos (33%), seguida de até 39 anos (27%) e até 59 anos (26%). A maioria é casada (37%) e evangélica (30%). Em relação à educação formal, 56% possuem ensino superior completo e pós-graduação. A maioria (61%) concorreu pela primeira vez e 90% nunca foi eleita.

Além disso, a ONU Mulheres realizou o curso Formação Política para as Mulheres em Itabira, em

parceria com o Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais / NEPEM. Inscreveram-se no curso 52 mulheres, em sua maioria autodeclaradas pretas e pardas, com diferentes idades e profissões. Devido à pandemia, as aulas aconteceram de maneira remota e abordaram assuntos como políticas públicas para mulheres, noções de processo legislativo, participação das mulheres na política, direitos das mulheres, interseccionalidades, gênero e raça e mandatos coletivos.

A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) lançou a campanha “Mais Mulheres na Política” para incentivar candidaturas de mulheres, iniciativa que integra o projeto “Mais Mulheres no Poder”. O TSE articulou uma campanha intitulada “Mais mulheres na política: a gente pode, o Brasil precisa” e lançou o site #ParticipaMulher, ações que integram as atividades da Comissão Gestora de Política de Gênero, criada pela Justiça Eleitoral em atendimento a uma recomendação feita pela Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Com o intuito de marcar as ações da entidade para atuar no enfrentamento à violência política contra mulheres em contextos eleitorais, a ONU Mulheres lançou, em outubro, a campanha #ViolênciaNão - Pelos Direitos Políticos das Mulheres, iniciativa realizada em parceria com a União Europeia. Centrada nas redes sociais e no diálogo com tomadoras/es de decisão, a campanha ressalta em formato de cartilha, vídeos, cards, entre outros materiais digitais, como a violência política pode se apresentar como mais uma barreira que impede as mulheres de usufruírem de seus direitos humanos e destaca ainda obstáculos adicionais referentes às discriminações cruzadas experimentadas por mulheres negras, indígenas, jovens, com deficiência e LBTIs, submetendo-as a formas específicas de agressões e violações de direitos. O lançamento oficial aconteceu durante

uma live, no canal da ONU Mulheres Brasil no YouTube, com participação da gerente de programas da ONU Mulheres Ana Carolina Querino; da gerente de projetos da ONU Mulheres, Ana Cláudia Pereira; da secretária nacional de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Cristiane Britto; da embaixadora da Suécia no Brasil, Johanna Brismar-Skoog; e do embaixador da União Europeia no Brasil, Ignácio Ybáñez.

Para além do combate à violência política contra mulheres em eleições, cada vez mais se tem pautado a importância da paridade entre homens e mulheres na política. O projeto “ATENEA - Mecanismo para acelerar

a participação política das mulheres”, parceria entre a ONU Mulheres, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e a IDEA Internacional, representa uma ferramenta para estimular e acelerar o avanço na igualdade de acesso e exercício dos direitos políticos das mulheres sob uma perspectiva paritária. O relatório do projeto no Brasil oferece uma série de recomendações específicas para o país, com vistas a produzir, incrementar e aperfeiçoar avanços. Para tanto, é essencial estimular um debate amplo, que envolva parlamentares, lideranças da sociedade civil, partidos políticos e instituições do Judiciário e do Executivo, e que garanta compromissos robustos e mudanças de longo prazo.

PARA MAIS INFORMAÇÕES:

- ATENEA - Mecanismo para acelerar a participação política das mulheres”: <https://ateneaesparidad.com/>
- Relatório do ATENEA no Brasil: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL23Szep.pdf
- “Prevenir la violencia contra las mujeres en las elecciones: Una guía de programación”: <https://www.unwomen.org/es/digital-library/publications/2017/11/preventing-violence-against-women-in-elections>
- “A Primer for Parliamentary Action: Gender-sensitive Responses to COVID-19”: <https://www.iknowpolitics.org/en/learn/knowledge-resources/primer-parliamentary-action-gender-sensitive-responses-covid-19>
- “Cartilha Para Ação Parlamentar: Respostas para a COVID-19 Sensíveis ao Gênero” (a ser publicada)
- “Campanhas Eleitorais e a COVID-19 - Um Guia Complementar ao Manual de Treinamento em Liderança Política e Formação de Candidatas da ONU Mulheres” (a ser publicado)

1 Citação de Phumzile Mlambo-Ngcuka, reproduzida de UN Women (2020), Electoral Campaigning and COVID-19 - A Companion Guide to UN Women’s Political Leadership & Candidate Training Manual

2 Idem.

3 Ver <https://undocs.org/es/E/CN.6/2015/3>

4 Composto por 190 países. Ver <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/women-in-politics-map-2020-es.pdf?la=en&vs=828>, acesso em 19/03/2020.

5 Composto por 193 democracias do mundo todo, o ranking é elaborado pela União Interparlamentar e ONU Mulheres. Ver <http://www.ipu.org>, dados relativos a agosto de 2020.

6 Há somente uma governadora dentre as 27 unidades federativas.

7 Fonte: Parline database on national parliaments (<https://data.ipu.org>), acesso em 25/09/2020.

8 Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, 56,2% das/os brasileiras/os se consideram negras/os (a população declarada de cor branca, em 2019, representava 42,7% da população residente, ao passo que a de cor preta era de 9,4% e de pardas/os correspondiam a 46,8%). Ver https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf. Há limitação de dados atuais sobre mulheres negras, mas, em 2009, 49,9% das mulheres brasileiras (51,3 % da população) se declaram negras: ou seja, um pouco menos de 26% da população total (ver Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - 4ª ed., disponível em <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>)

9 IBGE, Outras Formas de Trabalho: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua.

- 10 IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.
- 11 IBGE, Outras Formas de Trabalho: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua.
- 12 As informações são da pesquisa TIC Domicílios 2019, o mais importante levantamento sobre acesso a tecnologias da informação e comunicação, realizada pelo Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação (Cetic.br), vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil. Microdados disponíveis em <https://cetic.br/pt/arquivos/domicilios/2019/domicilios/>
- 13 Idem.
- 14 Ver https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf
- 15 Fonte: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-essencial-garantir-acesso-livre-a-internet-para-familias-e-criancas-vulneraveis>
- 16 Ver ATENEA – mecanismo para acelerar a Participação política das mulheres na América latina e no Caribe. BRASIL: Onde está o compromisso com as mulheres? Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL23Sep.pdf
- 17 IBGE, “Síntese de Indicadores Sociais 2019 – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira”, disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>
- 18 Idem.
- 19 Fonte: IBGE/PNADc. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais. Nota: 1. A população negra é composta por pretos e pardos. 2. Rendimento do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência 2019. 3. Rendimento mensal habitual.
- 20 https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200521_ril_o_brasil_a_pos_COVID_19_sumex.pdf
- 21 Referentes ao primeiro resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) após o início da pandemia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 22 <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>
- 23 https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado_de_trabalho.pdf
- 24 Dois milhões a mais do que os homens na mesma situação. Fonte: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/agosto/lei-maria-da-penha-completa-14-anos-com-avancos-no-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia>
- 25 http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-tabela-limite-de-gastos-eleicoes-2020/rybena_pdf?file=http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-tabela-limite-de-gastos-eleicoes-2020/at_download/file
- 26 Nações Unidas, 2018. Relatório da Relatoria Especial sobre a violência contra a mulher, suas causas e consequências à Assembleia Geral da ONU sobre a violência contra as mulheres na política. A/73/301. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/73/301>.
- 27 ONU Mulheres, 2018. Expert Group Meeting Report & Recommendations 8-9 March 2018 | New York, NY. UN Women, p.5.
- 28 ONU Mulheres, PNUD e ITU, 2015. Cyber Violence against Women and Girls: A World-Wide Wake-Up Call. Relatório da UN Broadband Commission for Digital Development Working Group.
- 29 ONU Mulheres, 2018. Expert Group Meeting Report & Recommendations.
- 30 Adaptado de “Campanhas Eleitorais e a COVID-19 - Um Guia Complementar ao Manual de Treinamento em Liderança Política e Formação de Candidatas da ONU Mulheres”.
- 31 Consulta feita, em 03/11/2020, ao site http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=EST_ELEICAO:HOME
- 32 <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica/videos/mais-mulheres-na-politica-campanha-incentiva-participacao-feminina-nas-eleicoes-2020>
- 33 Trata-se de uma estratégia de conscientização sobre a participação política das mulheres em cargos eletivos, de poder e de decisão, com o pleno exercício da democracia representativa e participativa. O projeto tem como foco neste primeiro ano a plataforma ‘Mais Mulheres na Política’, em alusão às eleições de 2020. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/mais-mulheres-na-politica/mulheres-no-poder>
- 34 <http://www.justicaeleitoral.jus.br/participa-mulher/>
- 35 Instituída por meio da Portaria TSE nº 791. Ver <http://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2019/portaria-no-791-de-10-de-outubro-de-2019>
- 36 Os países nos quais está prevista a aplicação desta iniciativa são 19: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Ver <https://ateneaesparidad.com/>
- 37 Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL23Sep.pdf